

AMAZÔNIA EMERGENTE: AS BASES PROGRAMÁTICAS PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Luiz de Oliveira Carvalho¹

Resumo

O artigo que agora damos ao mundo culto e à sociedade em geral trata dos componentes de uma teoria do modelo adequado para a dinamização do desenvolvimento sustentável *da* Amazônia. Por que não *na* Amazônia? Por que as experiências efetuadas com esse modelo somente se realizaram até agora parcialmente? Sob a diretriz de interesses exógenos. Aqui e acolá, esparsamente. Apenas com alguns de seus componentes, apenas parcialmente. Não obstante, este artigo quer enfatizar a necessidade de aplicação de uma metodologia de execução integral para o conhecimento consistente e a compreensão ambiental da Amazônia e seu ambiente e a urgência de implementação de um programa sócio-político-ambiental multidisciplinar razoável a fim de promover o seu desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Amazônia; desenvolvimento sustentável; multidisciplinar.

Abstract

The article that we are now giving to the educated world and to society in general deals with the components of a theory of the appropriate model for the promotion of sustainable development in the Amazon. Why not in the Amazon? Why the experiments carried out with this model have so far only been partially carried out? Under the guidance of exogenous interests. Here and there, sparsely. Only with some of its components, only partially. Nevertheless, this article wants to emphasize the need to apply an integral execution methodology for the consistent knowledge and environmental understanding of the Amazon and its environment and the urgency of implementing a reasonable multidisciplinary socio-political-environmental program in order to promote the its sustainable development.

Keywords: Amazon; sustainable development; multidisciplinary.

¹ O autor é professor aposentado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. É graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, PPGSCA - UFAM. Email: carvalholoc1950@outlok.com

[...] a Amazônia, ainda sob o aspecto estritamente físico, apesar de seculares investigações, é conhecida aos fragmentos, e tudo o que se escreve a seu respeito se adstringe aos seus inumeráveis aspectos parcelados.

Péricles de Morais

[...] é tempo de nos emanciparmos.
Euclides da Cunha

Introdução

A importância cósmica que esta região do País adquiriu em virtude do processo de globalização das economias dos países emergentes provoca, como contrapartida, uma necessidade de formulações conceituais novas nas esferas filosófica e científica. Demais, tendo em vista que a Amazônia hoje em dia necessita urgentemente de sobre-guarda diante de processos avassaladores que põem visivelmente em risco a sua própria integridade como um dos últimos ecossistemas do planeta, torna-se interessante - do ponto de vista epistemológico - analisar os vetores conceituais que instrumentam este perigoso processo de relação homem-natureza no contexto amazônico. Outrossim, parece ainda relevante averiguar a possibilidade de elaborarem-se novos conceitos que permitam melhorar a relação do homem com a natureza nesse ecossistema e, por conseguinte, melhorar nossa qualidade de vida nesse contexto ecossistêmico.

Este ideário filosófico e científico é fruto da convicção - que imaginamos seja partilhada por um número crescente de pessoas no mundo inteiro - de que a devastação dos recursos naturais que está sendo efetuada na Amazônia constitui um prejuízo intenso e aumentado sobre a vida e o meio-ambiente nessa região do planeta. Constitui, outrossim, um prejuízo recalcitrante para todas as espécies vivas desse ecossistema e para as populações humanas que o habitam.

Esse cenário sombrio requer a produção de uma resposta radical. E se teorias inadequadas e práticas sociais e ecológicas deletérias devem ser transformadas, isto não pode ocorrer sem a mudança radical de todos os valores que sustentam ideologicamente essas representações e por eles são sustentadas.

Além disso, nossa convicção é temperada por uma perplexidade que pode ser resumida nos seguintes termos. Os valores concebidos ideologicamente como elementos emancipativos na formulação de problemas podem ou não constituir também parte da

solução? Essa questão de ordem axiológica não poderia, pois, ser escamoteada no âmbito de nossas preocupações investigatórias em virtude de nossos pressupostos teóricos. As bases teóricas que devem sustentar o programa de pesquisa para o entendimento e a compreensão da Amazônia e seu ambiente e o programa sócio-político-ambiental de seu desenvolvimento sustentável visa trabalhar - por meio desta perplexidade teórica - a compreensão do significado essencial que os valores desempenham nas elaborações das representações conceituais de contextos reais. Além disso, serve de motivação social, econômica e humanitária prestar, de um lado, um serviço filosófico e científico de descrição e determinação das condições possíveis de compreensão ambiental da Amazônia e seu ecossistema, e de outro, uma tarefa política e social de implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Um novo horizonte epistemológico de cognição e compreensão ambiental da Amazônia

Nosso tempo é um tempo carente de sínteses intelectuais básicas que problematizem as relações sociais e ambientais e de propostas de soluções preliminares radicais, seja no plano teórico, seja no plano pragmático. A árvore germinativa das grandes arquitetônicas conceituais já produziu seus frutos filosóficos. Uns alcançaram seu ponto ótimo de maturação. Outros ultrapassaram, porém, os limites de sua sazonalidade produtiva e restaram quais folhas decíduas de outono. Com efeito, uma vez consumidos, estes fazem - como um veneno - tão mal à subjetividade humana que a deixam fraca e doentia. Pensamos, deste modo, ser filosófica e cientificamente relevante elaborar uma nova perspectiva cognitivo-ambiental da Amazônia e um inédito programa sócio-político-ambiental para o seu desenvolvimento sustentável. Mais ainda, é preciso fortalecer o nosso aparelhamento de cognição e compreensão da Amazônia e seu ambiente. Nesse sentido, os resultados produzidos por nossa investigação que oferecemos devem constituir um horizonte epistemológico de cognição e compreensão ambiental da Amazônia concebido e delineado a partir de um fio condutor. O fio condutor de nossa tese consiste, pois, em reconhecer criticamente a inconsistência epistemológica das representações conceituais literário-naturalistas de Amazônia e seu ambiente e em admitir, por outro lado, a possibilidade efetiva de estabelecerem-se novas condições epistemológicas para o seu desenvolvimento

sustentável em um campo interdisciplinar diverso.

Em razão de a região amazônica ter adquirido, com relação à necessidade de sobrevivência do homem no planeta ameaçado, uma relevância ambiental cósmica, todos os grupos de interesse afetados por essa necessidade adjudicam para si o direito à legitimação teórica e à determinação conceitual desse último grande ecossistema natural do planeta.

Tratar a questão da Amazônia e suas vicissitudes sócio-histórico-ambientais requer, todavia, uma mudança de paradigma conceitual. Não é mais adequado tratar essa questão através do pensamento acadêmico tradicional. O tempo dos grandes sistemas filosóficos já passou. Os grandes sistemas *hipostasiavam* ou a totalidade natural ou a totalidade social dadas, cabendo, assim, ao engenho intelectual dos filósofos e homens de ciência, apenas percebê-las e representá-las conceitualmente.

Adorno² propõe, no entanto, um novo modo de pensar a situação social criada e vivida pelos homens. Ele desenvolve em seus escritos uma reflexão crítica sobre o fator *social* apresentando a teoria social tecida inerentemente a partir de novos fatores sociais e econômicos na esteira dos humanistas do século XVII, isto é, em forma de ensaios.

Seus comentários³ curtos apresentam, todavia, uma compreensão do social que reflete de modo luminoso a acuidade de sua inteligência. Nesse sentido, seu pensamento representa um modelo de reflexão filosófica literariamente compatível com as exigências dos projetos de compreensão tanto da natureza como da situação social amazônica, assim como de reflexão sobre esse importante ecossistema mundial. O modelo de pensamento crítico que encerra o quadro de sua reflexão representa um instrumental eficaz de análise social da complexidade do *modus vivendi* adquirido culturalmente na região amazônica.

De resto, o perfil socioambiental que se vem desenhando na Amazônia é resultado, pensamos, de um processo de europeização e ocidentalização da cultura desse recanto do mundo que se encontra entrelaçado com as culturas autóctones predominando, porém, sobre estas.

Quando McLuhan (2005) enunciou o conceito de “aldeia global” imaginava um mundo *intercomunicante* em alta voltagem, em expansão universal com centros

² Ver principalmente seus ensaios, tais como: *Teoria estética e Crítica cultural e sociedade*, informados nas referências.

³ Seu ensaio intitulado *Minima moralia*, informado nas referências, representa o protótipo de seus escritos ensaísticos.

controladores de mídia impressa e eletroeletrônica; com um poder multiplicador e um mundo que fosse acelerador de imagem, sendo o *fato* conhecido no momento de sua ocorrência *performatizando*, assim, uma parafernália real de globalização informativa e uma revolução *telecomunicativa* completas. Conforme sua *tese* central “*meio e mensagem identificam-se*”. Todavia, nesse *entre hoje e amanhã* do processo de globalização da sociedade em geral, ‘meio’ e ‘mensagem’ parecem ter, de fato, abortado o natal de suas identidades filosoficamente comuns. Teria havido uma arremetida maquiavélica no interior desse processo? Nesse caso, o meio mantém, provavelmente, o seu predomínio sobre a mensagem e a mensagem parece ter abdicado de sua autonomia tentando tornar-se inimputável. Com efeito, a identidade consignada por McLuhan à rede invisível das comunicações consiste - pensamos - numa simetria autonômica entre ‘meio’ e ‘mensagem’. À falta desse parâmetro, o processo de globalização da sociedade parece girar em torno de outra mola propulsora. Como entender, pois, esse processo? Trata-se de um processo ideológico, histórico ou dialético?

Paradigmas científicos e a reconstrução do conceito de natureza

Torna-se bem interessante reconstituir, neste ponto, o conceito de natureza. A idéia de natureza foi pela primeira vez abordada conceitualmente entre os gregos no século VI a.C. pelo filósofo grego, Tales de Mileto. Concebia, ele, a natureza como sendo o próprio universo, lugar onde tudo existe e todos habitam, inclusive os deuses. A palavra *physis* (de origem grega) foi o termo que os gregos usaram para designar o que corresponde ao que os modernos chamam de “natureza”. Não obstante, os gregos antigos ainda tinham muitas dívidas com as representações míticas da tradição helênica. Tradicionalmente, a natureza tinha sido representada e vivida pelos antigos na forma do *mito* (também, de origem grega). Entretanto, eles desenvolveram ainda o conceito aproximativo de *gênese* (do mesmo modo, de origem grega).

Com o surgimento da especulação filosófica e a implementação da atividade racional, a natureza e a vida em geral passaram a ser alvo central de todas as preocupações filosóficas. Diversas foram as correntes de pensamento que se formaram propondo novos paradigmas de compreensão e cognição da natureza e da vida, como também foram múltiplos os filósofos a especular sobre a essência e a estrutura do universo. No contexto da reflexão filosófica entre

os pensadores gregos antigos, a especulação racional constitui, pois, a característica principal de suas tentativas intelectuais de compreender a natureza e a vida e de determiná-las teoricamente.

Após esse pujante período inaugural da racionalidade grega houve um arrefecimento da atividade filosófica pura. Durante aproximadamente todo o período medieval a atividade intelectual ficou a serviço das premissas teológicas que determinam a essência e constituição do mundo. Todo o espaço reflexivo e toda a coragem filosófica renderam-se, por fim, aos imperativos da teologia medieval por muitos séculos.

A modernidade representa, nesse sentido, a reconquista da liberdade intelectual perdida durante as “mil e uma noites” de ditames teológicos esclarecidos. Como uma contrapartida do retorno à liberdade especulativa, ocorre, então, o advento das ciências positivas e, por conseqüência, a separação conceitual entre “natural” e “humano”. Diversos fatores de ordem cognoscitiva concorreram para o cisma conceitual entre a esfera da natureza e a esfera da sociedade. A compulsão cognoscitiva de positividade, a busca recidiva do ideal matemático de mensuração e ponderação dos processos investigatórios e seus objetos e a vitória da doutrina do “livro aberto” da natureza constituem as condições decisivas do estabelecimento desta situação teórica cindida.

As apologias positivistas da ciência levantadas por Bacon e Comte serviram de base teórica a sustentar toda a tradição clássica moderna de progresso do conhecimento científico fundado positivamente e objetivamente. Francis Bacon desvencilha a atividade científica. Propõe, nesse sentido, que a atividade investigatória da natureza se desvencilhe dos grilhões e obstáculos que impedem o nosso conhecimento das leis naturais e desviam a ciência de seu fim supremo, isto é, tornar a vida humana melhor e mais saudável. Augusto Comte imaginou para o conhecimento e para o saber um progresso iniludível e inelutável.

Segundo Popper, todos sabem, atualmente, que o positivismo em sua versão lógica está morto. Quando, entretanto, John Passmore escreveu perguntando: Quem matou o positivismo lógico? Popper assegurou que talvez fosse ele quem devesse assumir essa responsabilidade. Se foi isto mesmo o que ocorreu cabe analisar e refletir sobre este ponto. Houve, entretanto, uma participação, decisiva da crítica dialética. Também este ponto requer reflexão. O importante em todo este contexto é que o debate suscita ainda hoje o interesse pela querela do positivismo na filosofia social contemporânea.

A Amazônia é um sublime fractal da natureza. Quando os olhos de lince da investigação científica da natureza são lançados objetivamente e *de fora* sobre ela, constata-se a impotência dessa metodologia científica e a mutilação dos dados obtidos por esse método. De um lado, constata-se que *de fora* não vemos e, pois, não compreendemos o que se passa nos recônditos desse grandioso ecossistema natural da Terra e na intimidade de seus processos vitais e orgânicos.

Por outro lado, as ciências humanas e sociais – aquelas que não se renderam aos imperativos metodológicos invocados pelos pesquisadores naturalistas subsumindo, pois, em nome da unificação da ciência ao modelo imperial da ciência natural – continuam a se debater em busca de bases mais consistentes influenciadas que são pelo antigo modelo das humanidades. De fato, verifica-se, nesse âmbito, uma profunda frustração dos pesquisadores sociais e humanistas ao reconhecerem que *de dentro* seus programas de pesquisa são incapazes de produzir um corpo integrado e totalizado de conhecimentos sobre a Amazônia e seu ambiente.

O debate sobre o tema “natureza *versus* sociedade” com relação à Amazônia constitui o ponto fulcral a partir do qual a dialógica amazônica há de se efetuar. Trata-se, com efeito, de uma discussão que se originou no século XIX e se adentrou por todo o século XX. Em nosso tempo, tornou-se, para a Amazônia e seu ambiente, uma pedra de toque que colocará à prova o seu rumo e o seu destino.

As representações conceituais da Amazônia e seu ambiente constituem, de fato, o resultado de um processo cognoscitivo de *cientificização* de caráter naturalista e *beletrista*⁴ tanto da natureza como da cultura amazônicas. Processo cognoscitivo longo que se desenvolveu no decurso da história das idéias filosóficas e científicas e dos procedimentos de investigação e conhecimento da Amazônia e seu ambiente.

O âmbito mais escandido desse processo define-se pelo dualismo estabelecido entre ciências da natureza e ciências humanas e sociais⁵. Ocorre, todavia, hoje uma intensa desfaçatez quanto à necessidade de enfrentar esse problema. O sucesso obtido pela ciência e

⁴ As representações conceituais de Amazônia que são aqui discutidas foram produzidas no âmbito de um processo cultural que associou de um lado, o espírito positivo da ciência e, de outro, o culto à arte literária.

⁵ Ver especialmente a obra de W. Dilthey intitulada *Introducción a las ciencias del espíritu*. Ver também a obra de Gadamer, intitulada *A razão na época da ciência* informada nas referências e, especialmente, o capítulo “*Acerca do filosófico nas ciências e do científico na filosofia*”.

tecnologia encarrega-se, outrossim, de condenar à indiferença profunda a incompatibilidade visível entre enfoques metodológicos diversos. São inúmeros os pesquisadores atuais que tem levantado a bandeira da unidade das ciências empíricas. Assim, reduzem o problema a uma questão de graus de desenvolvimento dessas duas classes de ciência.

Naturalmente, não se pode desconhecer o êxito resultante dessa estratégia de unificação das ciências. Como consequência desta situação, o âmbito de influência das ciências *nomológicas*⁶ estendeu-se além do próprio campo de investigação das ciências naturais teóricas. Os princípios e diretrizes, os critérios e procedimentos das ciências nomológicas foram adotados frequentemente pelas ciências humanas e sociais (tais como a psicologia e a economia, a sociologia e a ciência política).

Enquanto isso, as ciências históricas e hermenêuticas continuam perseguindo a interpretação do sentido e elaborando analiticamente seus conteúdos. Assim, não há nenhum indício importante de que elas possam integrar-se totalmente na estrutura das ciências empíricas *strictu sensu*. A divisão das ciências nestas duas classes tornou-se - apesar de os positivistas considerarem-na irrelevante - sobretudo notória a ponto de as universidades organizarem seus currículos e seus cursos com base nesta divisão. Todavia, na esfera da lógica da pesquisa, esta divisão deixou - com significativas exceções - de ser discutida.

É importante que este ponto seja discutido no âmbito da teoria da ciência. Com efeito, tem-se procurado sua justificação tomando-se como referência a própria justaposição dos sistemas de referência. Conforme o tipo de investigação e seu objeto, a teoria da ciência tenta justificar-se ou na forma de uma metodologia universal das ciências empíricas ou numa hermenêutica geral das ciências humanas e históricas.

Uma notável disputa sobre esta questão foi encetada entre Popper e Gadamer. Um desenvolveu suas idéias em termos de uma metodologia como teoria do conhecimento, isto é, lógica da ciência. Outro congrega o grupo dos que concebem uma filosofia analítica da linguagem ou uma ciência da cultura ou espírito. No âmbito desse debate, os teóricos analíticos da ciência discriminam, por um lado, as ciências heurísticas e históricas e conferem a elas apenas um lugar na ante-sala da ciência em geral. Por outro lado, os hermeneutas imputam aos cientistas naturais e empíricos uma pré-compreensão limitada da ciência. Essas considerações não têm, com efeito, alcançado os resultados presumidos e, não obstante, a

⁶ GADAMER, 1983, p. 81.

divisão da ciência nessas duas classes parece cada vez mais consolidada. Nesse sentido, vários projetos, que se propuseram a superar esta cisão, fracassaram. Parece não haver um modo eficaz de estender uma ponte sobre este abismo epistemológico. A dissolução analítica que ronda o âmbito das ciências humanas e sociais constitui, todavia, um motivo suficiente no sentido de explicar as tentativas de levar a cabo a superação desta síndrome científica.

Assim, as ciências humanas e sociais têm elaborado enfoques e objetivos heterogêneos que se chocam e compenetraram. O estado atual dessas ciências reflete claramente a *assincronia* desconcertante que as caracteriza em relação ao desenvolvimento do conhecimento. Há, outrossim, uma situação confusa em que os problemas metodológicos não são resolvidos e as controvérsias filosóficas não são dirimidas. Nesse contexto, os defensores da ciência unificada têm então prometido uma “limpeza profunda” desse quadro e um programa de ciência capaz de dar conta do problema da unificação da ciência. Com efeito, propõem a tese de que do corpo asséptico das ciências sociais e históricas tradicionais há de surgir uma ciência empírico-analítica, em princípio unitária, do comportamento universal. O corolário dessa tese deduz que essas ciências não se distinguem em sua estrutura das ciências teóricas da natureza. De fato, tentativas foram feitas, nesse sentido, no âmbito da psicologia e psicologia social. De outro modo, as pesquisas econômicas - aquelas pesquisas cujas metodologias tem caráter *não-econométrico* - vêm-se respaldando, nesse sentido, em referenciais normativo-analíticos fundados em máximas de ação. As pesquisas sociológicas atêm-se, por seu turno, ao referencial estrutural e funcional de uma teoria da ação não-observável. As pesquisas sociais e políticas buscam orientar-se metodologicamente sem recorrer a padrões epistemológicos e teorias gerais. Os diversos enfoques desenvolvidos nas ciências sociais e históricas são antagônicos entre si. Esse antagonismo origina-se no fato de que a sociedade e sua dinâmica não se podem enquadrar no corpo de teorias gerais do mesmo modo como a natureza pode ser tratada por meio de processos objetivos. Em suma, a necessidade de refletir sobre a relação entre procedimentos analíticos e hermenêutica nasce no âmbito da própria pesquisa.

Modelos teóricos de interpretação da Amazônia

A discussão dos diversos modelos teóricos de interpretação da Amazônia permite, de fato, reconhecer mais amplamente a pertinência do problema epistemológico básico da nossa

tese, isto é, o da inconsistência epistemológica dos modelos teóricos disponíveis para formular o conhecimento e a compreensão ambiental amazônica e o da *inadequabilidade* programática de seus modelos *desenvolvimentistas/subdesenvolvimentistas*.

Trata-se, em particular, da inutilidade do debate - em termos de fins sócio-político-ambientais - entre ciências naturais (*naturwissenschaft*) e ciências humanas e sociais (*geistwissenschaft*), mas, sobretudo, emerge desse debate a necessidade de superar este abismo epistemológico. Nossa tese sobre a Amazônia e seu ambiente quer, nesse sentido, encontrar novos caminhos. Como assevera Kant no Prefácio à segunda edição da *KRV*⁷, embora, frequentemente, obstáculos impeçam a ciência de vislumbrar seu alvo ou mesmo forcem-na a retroceder ou tomar atalhos, o essencial para a obtenção de êxito consiste na elaboração de um caminho seguro para ela, apesar de árduo e penoso. Contanto que sua *adequabilidade* seja aferível pelos seus resultados. Popper e Kuhn⁸ diriam que o êxito só vem, no limite, após um conturbado e penoso processo de produção histórica de conhecimentos.

O debate entre ciências naturais e ciências humanas e sociais está desgastado notadamente. Serviu para afastá-las. Não serviu para aproximá-las. Já deu, pois, o que tinha que dar. Demais, tem levado apenas às opções *monofilistas* num campo teórico essencialmente maniqueísta. Por um lado, o modelo matemático de investigação científica tem-se, nesse sentido, mostrado parcial e, por conseguinte, inadequado. Por outro, os modelos teóricos das ciências humanas mensuratórias continuam sendo insatisfatórios tendo-se em conta o que denomino “pesquisa qualitativa”⁹. Outrossim, é notório o fato de que a tentativa positivista e “cientificista” de *matematização* das ciências humanas representa um fracasso epistemológico como função cognoscitiva do fenômeno ambiental amazônico.

Reconhecidamente, os modelos teóricos que têm sido implementados para investigar o contexto ambiental amazônico têm-se mostrado, então, incapazes de compreender o sentido da vida nesse ecossistema, fundamentalmente em razão da perda de sua dimensão temporal.

A rigor, o meio-ambiente amazônico não se oferece de modo simplificado à

⁷ KANT, 1983. *KRV* é a sigla internacional catalogada da obra de Immanuel Kant intitulada *Crítica da Razão Pura* (“*Kritik der reinen Vernunft*” no original).

⁸ Ver especialmente seu escrito intitulado *A estrutura das revoluções científicas*.

⁹ Entendemos por “pesquisa qualitativa” o conjunto de procedimentos metodológicos que utilizam parâmetros não-quantitativos próprios do modelo acadêmico *fordista*.

investigação de sua natureza e da cultura que nele foi produzida e continua, de fato, a produzir-se. Mais, não tem sido possível produzir metodologicamente dele um objeto simples que se preste a deduções diretas. Nesse contexto, abrem-se novos horizontes epistemológicos ainda não definidos, assim como novas perspectivas metodológicas tornam-se necessárias.

Pensamos que o essencial do desafio do conhecimento ambiental amazônico consiste em formular uma alternativa teórica sobre o contexto ambiental amazônico que possa dar conta da variedade e complexidade dos fatores que o constituem.

Têm-se constatado seguramente que os modelos teóricos disponíveis que são utilizados para conhecimento e compreensão ambiental da Amazônia não se têm mostrado eficazes para realizar esta tarefa com êxito em razão de suas simplificações.

Nossa tese persegue - sem nenhum compromisso prévio com aquelas bandeiras - a hipótese de que o contexto ambiental amazônico só pode ser conhecido e compreendido adequadamente à luz de uma formulação teórico-metodológica capaz de computar os diversos aspectos que recobrem-no e que lhe são inerentes, tais como, estrutura, funções, leis e efeitos, liberdade e necessidade, unidade e pluralidade, contradições internas, objetividade, relatividade, absoluto, etc.

Este é o desafio que devem enfrentar todos os estudiosos da Amazônia em geral. O enfrentamento desse desafio cognitivo passa, com efeito, pela admissão compulsória de que o contexto ambiental amazônico constitui um processo de mudança complexo e contraditório. Passa ainda pelo reconhecimento de que o papel das teorias cognitivas que pretendam obter êxito consiste não apenas em determinar as condições em que sua compreensão torna-se possível, mas, sobretudo, em *interatuar* nesse processo e que a opção epistemológica mais razoável é a que se faz, nesse caso, tributária de um modelo situacional-crítico que toma como premissa de sua validade a interatividade implacável e a indissolubilidade dos três componentes ambientais amazônicos: o *natural*, o *social* e o *produzido*.

A nossa contribuição para o debate sobre perspectivas novas de cognição e compreensão ambiental amazônicas efetua-se, por conseguinte, através do mapeamento teórico que foi feito de alguns dos principais modelos psicológicos, sociológicos e antropológicos postos a serviço da compreensão dos processos de relação entre a natureza e a cultura. Especialmente, a compreensão desses processos efetuada por descobridores,

conquistadores e pesquisadores científicos da Amazônia. Estes, porque se debruçaram sobre os dados e informações que lhes permitiram descrever, sob diversos ângulos, o cenário natural amazônico. Aqueles, porque adentraram as profundidades complexas do *hinterland* amazônico com o objetivo expresso e explícito de dominá-lo e conquistá-lo.

Toda esta discussão sobre os princípios, conceitos e programas filosóficos e científicos que se encetam sobre a Amazônia e seu ambiente somente adquirem sentido pleno à luz de uma vontade esclarecida que queira “dar concretude sócio-econômica à noção de desenvolvimento sustentável” (FREITAS, 2003, p. 8).

A história revelada da Amazônia

Nesse sentido, é preciso passar em revista os principais acontecimentos da história *revelada* da Amazônia e seu ambiente. O diagnóstico consistente desse marcante ecossistema natural do planeta é função precisa de um detalhado inventário retrospectivo sobre seus antecedentes histórico-ambientais. Afinal, tudo o que a Amazônia e seu ambiente significam para as gerações que nela coexistem atualmente e para os povos que por ela se interessam é uma função existencial de sua própria historicidade, isto é, tudo deriva do que os seus descobridores, conquistadores e pesquisadores fizeram dela.

Objeto de recônditos desejos e de inconfessadas ambições de conquista, a Amazônia sofre os reveses dessas investidas duplamente organizadas. Desde a descoberta do Novo Mundo, são incontáveis as tentativas científicas e políticas que se encetaram historicamente sobre ela visando lograr esse fim.

A plêiade de descobridores, conquistadores e investigadores científicos que se aventuraram internamente pela Amazônia com o fito de desvelarem-na para o mundo e para os propósitos que por sobre ela se teceram é notadamente expressiva. Desde que Orellana batizou-a e deu à luz o seu nome, incontáveis inteligências do mundo inteiro têm-se dedicado ao trabalho de conhecê-la. No *circo sem teto da Amazônia* – para usar uma expressão deveras querida de Ramayana de Chevalier – destacam-se, por seus notáveis estudos deste último dos recantos virgens do ecossistema natural da Terra, os nomes de filósofos, cientistas e viajantes, tais como, alhures.

A lista virtual é decerto longa. De fato, referimo-nos apenas à literatura disponível em Manaus. Não se tenha, pois, a ilusão de tentar exaurir a relação histórica de nomes e vozes

da Amazônia. Não seria possível. Afinal, Euclides da Cunha não já preceituou – no célebre prefácio ao “*Inferno Verde*” de Alberto Rangel – que a “definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural?”

Torna-se, não obstante, imperioso a quem trate deste tema não deixar de mencionar os estudos mais recentes efetuados por inteligências sagazes e refletidos em textos expressivamente brilhantes, tais como: *A Amazônia* de Honório Silvestre; *A Desordem Ecológica na Amazônia*, organizado por Luis E. Aragon; *A Ilusão da Sustentabilidade*, organizado por Marcílio de Freitas; *A Ilusão do Fausto*, de Edinéia Mascarenhas Dias; *A Paixão de Ajuricaba*, de Márcio Souza; *A Selva*, de Ferreira de Castro; *Amazônia – A Natureza dos Problemas e os Problemas da Natureza*, de Marcílio de Freitas; *Amazônia – Cultura e Sociedade*; de Djalma Batista; *Amazônia – Modos de (O) Usar*, de Armando Dias Mendes; *Amazônia – Natureza, Homem e Tempo*, de Leandro Tocantins; *Amazônia – Região, Nação, Mundo*, de Marilene Correia da Silva; *Amazônia – Uma Perspectiva Interdisciplinar*, de Alexandre Rivas e Carlos Edwar de Carvalho Freitas; *Amazônia Que Ninguém Sabe*, de Abuguar Bastos; *Andirá*, de Paulo Jacob; *As Novas Amazônidas*, de Iraildes Caldas Torres; *Chavascal*, de Antístenes Pinto; *Cidade de Manaus – Visões Interdisciplinares*, de José Aldemir de Oliveira e outros; *Cobra Norato*, de Raul Bopp; *Deserdados*, de Carlos de Vasconcelos; *E Deus Chorou Sobre o Rio*, de Elizabete Azize; *Escola Pública no Amazonas – As Políticas de 1987 a 1994*, de Aldenice Alves Bezerra; *Estudos da Amazônia – Dimensões da Globalização*, de Marcílio de Freitas e Marilene Correia da Silva; *Introdução à Sociologia do Amazonas*, de André Vidal de Araújo; *Invenção da Amazônia*, de Neide Gondin; *Lixo – Curiosidades e Conceitos*, de Maria Cristina dos Santos; *Manaus e Liverpool: Uma Ponte Marítima Centenária (Anos Finais do Império/Meados do Século XX)*, de David Pennington; *Memorial da Cabanagem*, de Vicente Salles; *O Complexo da Amazônia: Análise do Processo de Desenvolvimento*, de Djalma Batista; *O Rio Comanda a Vida*, de Leandro Tocantins; *O Selvagem*, de Couto de Magalhães; *O Seringal e o Seringueiro*, de Arthur Cezar Ferreira Reis; *Os Bois-Bumbás de Parintins*, de Sérgio Ivan Gil Braga; *Rio Negro do Amazonas*, de Antônio Nunes Jimenes; *Rondônia*, de Roquette Pinto; *Silvino Santos – O Cineasta do Ciclo da Borracha*, de Márcio Souza; *Terra Cabocla*, de Juanita Machado; *Terra de Ninguém*, de Francisco Galvão; *Terra Firme*, de Antístenes Pinto; *Vozes da Amazônia: Investigação Sobre o Pensamento Social Brasileiro*, organizado por Ernesto

Renan de Freitas Pinto.

Péricles de Moraes asseverou em sua obra *Os Intérpretes da Amazônia* que parte significativa desses estudos voltam-se enfaticamente apenas para os aspectos naturais que compõem o grandioso cenário amazônico. Tematicamente, tentam desvendar a Terra e seus congêneres naturais. Conforme este *amazonologista*, os estudos mencionados esquecem o homem, sua existência e seu destino no coração do grandioso cenário amazônico.

É preciso, nestes termos, reconhecer que a diretriz de investigação em que esses estudos se pautam é a de um paradigma naturalista-beletrista. Aliás, Euclides da Cunha (*apud* MORAIS, 1935, p. 14) chamou alhures a atenção dos intelectuais para o imperativo técnico de que “a Amazônia não é assunto para escritores medíocres”.

A fundação de uma ciência da Amazônia e seu ambiente que possa dar conta dos aspectos constitutivos de seu ser sócio-ambiental é, com efeito, uma função epistemológica da criação de uma língua científica própria. Conforme Serres (s./d.), as ciências se originam quando um pesquisador genial descobre intuitivamente um código que permite estruturar o discurso pertinente ao objeto investigado, isto é, diagnosticar os aspectos constitutivos do tema em pauta e prognosticar as alternativas de solução para os problemas emergentes em forma de *leis científicas*.

Com relação à Amazônia e seu ambiente, esta língua científica ou código hermenêuticos que possibilita a compreensão e o conhecimento desse recanto ecossistêmico do Planeta ainda estão em vias de formulação. Porque este objeto-tema não se presta para ser aferido mediante o viés de metodologias de pesquisa orientadas pelas técnicas de abstração pura, faz-se necessário formular um método novo de investigação de caráter esteto-faber. A premissa que condiciona essa tese é a idéia de que a Amazônia e o seu ambiente representam a condição essencial para a estabilidade do ecossistema natural da Terra e o objetivo final para a formulação de uma civilização sustentável pelos povos amazônicos.

O objetivo-mor de uma civilização sustentável na Amazônia não pode ser alcançado, todavia, sem uma discussão produtora sobre a cobiça internacional que ronda recidivamente sobre ela. Torna-se, pois, imperioso e urgente formular um programa de desenvolvimento sustentável para a região amazônica que esteja amparado no princípio de soberania compartilhada na Amazônia.

Nosso tempo é um tempo de hipocrisia. Tudo é transgredido. Todas as normas são

ardilosa e astuciosamente infringidas. Todos querem obter direitos absolutos de usufruto e consumo. Ninguém quer pagar a contrapartida subjetiva e emocional dos deveres e das custas.

O país vive, seguramente, um momento que representa - no jogo das relações sociais - a falência do sistema judiciário. Na formação da mentalidade brasileira o ícone da justiça constituía o elemento primordial da esperança popular. O contexto atual do país mostra, ao contrário, um símbolo decaído deste poder da República brasileira. Deste modo, estabeleceu-se, então, de forma não consentida, um jogo de “vale-tudo”, um estado insinuante de tudo pode e de permissividade. Também pudera! O mundo em processo de globalização criou paradoxalmente - na mente e no coração dos indivíduos – a ilusão de que o bem-estar e a felicidade constituem uma dádiva espontânea e gratuita. Essa fantasia que povoa as esperanças de cada um é fruto do abandono dos princípios e diretrizes filosóficas que nortearam a vida dos grupos sociais e dos indivíduos. É, enfim, resultado da ignorância que vitima a maior parte das pessoas. Quando o legislador cria no Brasil a lei do “voto analfabeto”, quando a última Olimpíada do milênio reúne simbolicamente todas as raças no despertar do mundo australiano, quando os homens cultos não conseguem, então, reconhecer as suas falhas, os seus erros e invitam a que quem neles acredite esquecer o que foi dito por eles, não se vê aí nenhum traço de sinceridade no gesto. Afinal, tudo continua como antes. Tudo continua como está. Chegamos ao fim das utopias. A desilusão toma conta de tudo. O ceticismo enfraquece a esperança de todos. É nesse “caldo de cultura” que germina e se desenvolve o monstro da corrupção.

Na Amazônia, esse processo oscila historicamente e moralmente, como num pêndulo, desde a espoliação até a corrupção. É preciso, pois, deslindar as estruturas, mecanismos e processos que envolvem a Amazônia. A *política de segredo* que a envolve também deve ser desvelada. Silva escreve:

Situar a Amazônia no âmbito da globalização contraditória implica demonstrar como e quais processos e forças mundiais se manifestam localmente em conjunturas especiais (SILVA, 2000, p. 05)

Conforme já denunciou Reis (1982, p. 25), de modo dramático, a cobiça internacional que paira sobre a Amazônia e alertou os povos amazônicos sobre os riscos que pairam sobre a região no contexto dos interesses externos.

Silva, por seu turno, dimensiona, nesse sentido, claramente o papel que a região representa na arena dos interesses internacionais. Escreve ela:

No caso da Amazônia, os impactos da globalização confundem-se com os processos de domínio da natureza, de ocupação econômica, de fronteiras físicas e políticas. Os impactos também refletem ou dinamizam mudanças culturais, perspectivas de autodeterminação social, de interlocução mundial e, ainda, o imaginário universal. No quadro da globalização, a Amazônia tanto é um território datado e situado como é uma idéia, uma fabulação, uma utopia. No limite, pode constituir-se em um “não-lugar”, cuja característica mais contraditória é ser um lugar no mundo; um “não-lugar” da diversidade, outra face do não-lugar padronizado (SILVA, *op. cit.*, p. 3 - 4)

A questão da soberania da Amazônia coloca-se, pois, em diversos prismas. Tradicionalmente, questões de soberania eram postas em termos geopolíticos. No contexto da globalização, a questão da soberania da Amazônia se metamorfoseia nas questões da unidade da língua, da identidade cultural e da autonomia econômica. Nesse sentido, Silva (*op. cit.*, p. 259) assevera:

Os problemas que a Amazônia carrega, produz e introjeta não são exclusivos das dinâmicas de seus lugares, são manifestações de formas múltiplas de o mundo invadir as aldeias, povoados, vilas, cidades, sobrepondo-lhes espaços novos.

Mais ainda, ela continua:

A Amazônia pode expressar os abalos que as noções de soberania e hegemonia nacionais sofreram com as determinações mundiais sobre os Estados-nações contemporâneos (SILVA, *op. cit.*, p. 260).

O estado atual do debate sobre a Amazônia pode, pois, ser descrito com rigor a partir da *Eco 92*. Porque esse foro internacional fez, às vezes, a função de palco onde se desenrolou a discussão, algumas sérias, outras falaciosas. Frequentemente, esse debate chegou, de outro modo, a tangenciar as fronteiras da mentira e do engodo.

Alguns destes princípios, diretrizes e normas essenciais que podem ser esboçados para esse programa e que se podem tornar pontos decisivos para uma pauta de discussão são os seguintes:

Soberania da Amazônia em questão

Pauta para um seminário sobre a Amazônia

1) O problema da metrópole regional: falta da aplicação de um Plano Diretor Multiétnico do Meio-Ambiente. 2) Manaus: um péssimo exemplo de lixeira urbana e ausência de infra-estrutura de saneamento. 3) Ausência de políticas de desenvolvimento para a Amazônia atual. 4) Mundo em desenvolvimento *versus* mundo industrializado. 5) De quem é a terra? *Quid juris*, de ninguém. 6) Questão da generosidade: quem terá a iniciativa de demarcação auto-sustentável? 7) Impossibilidade de colonização, ocupação e desenvolvimento da Amazônia pelo Estado nacional. 8) Qualidade de vida é um engodo capitalista. 9) Quem tem acesso aos produtos *de ponta* (tecnológicos e sociais). 10) Ética pensada e ética vivida. 11) Fim da dialética? 12) Emergência de uma ética social. 13) Indiferença das teorias *versus* cobrança de atitude. 14) Hipocrisia moral e racismo: reservar oportunidades ou democratizá-las efetivamente?

Em nosso tempo, a luta de classe tem sido maquiada ideologicamente pelos intelectuais *pró-status quo*. A luta de classe que se desenvolve através do conflito de gerações representado atualmente pela atuação do *Green Peace* contra o processo de globalização caracteriza um exemplo notório deste fenômeno sócio-ambiental que ocorre no coração da Amazônia. O êxito de um programa de preservação da Amazônia depende, em qualquer nível, necessariamente de resultados efetivos obtidos por meio de programas de pesquisa adequados para a compreensão das condições ambientais do ecossistema amazônico.

Cenário amazônico: três comportamentos

1) Papel do Estado Nacional brasileiro – uma definição: promover, incentivar e fiscalizar a utilização auto-sustentável dos recursos naturais e sociais disponíveis. 2) Papel das forças armadas brasileiras: defender a integridade do território federal nos termos da Constituição Brasileira. 3) Papel da ONU: promover a paz mundial e subsidiar o desenvolvimento ambiental auto-sustentável. 4) Situação-problema da Amazônia: estado atual da degradação ambiental na região e fatores causadores. 5) Proposta de solução: criação da federação de povos e culturas amazônica. 6) Razões e justificativas: demonstração, com efeito, de generosidade humanitária das entidades que constituem as forças de domínio amazônico e explicitação.

Projeto soberania da Amazônia

Conceito de soberania ecossistêmica compartilhada: diretriz sócio-histórico-ambiental. Passos de efetivação: 1) Medidas e diretrizes de proteção ambiental: “corredor ecológico”. 2) Área de desenvolvimento auto-sustentado conectado num corredor ecológico. 3) A importância do corredor ecológico. 4) A necessidade de implementar as termelétricas a gás e a óleo. 5) Mapeamento nacional dos ecossistemas regionais. 6) Implementação de políticas de proteção ambiental e de melhorias das condições de vida das populações e grupos sociais amazônicos. 7) Levantamento das potencialidades econômicas sociais e recursos naturais do meio ambiente.

Criação de um fórum internacional em defesa da soberania da Amazônia

1) Promulgação da Carta Constitucional de soberania compartilhada da Amazônia. 2) Regulamentação dos princípios e critérios de soberania compartilhada da Amazônia: da neutralidade bélica. 3) Proibição de desenvolvimento de projetos nucleares. 4) Implementação de programas de desenvolvimento sócio-ambiental auto-sustentável. 5) Programa arquitetônico amazônico e sistema de educação ambiental. 6) Papel dos cientistas, arquitetos e professores: formular, organizar e implementar um sistema cultural e educacional visando à formação de uma consciência ecológica do desenvolvimento autossustentável.

Federação de povos e culturas amazônica desmilitarizada.

1) Estado neutro, autônomo, indivisível e inalienável. 2) Constituição soberana compartilhada. 3) Províncias-membro (constituindo um sistema de relação na diversidade ambiental auto-sustentável). 4) Proteção estratégica multilateral dos países vizinhos. 5) Integridade territorial e constitucional garantida pela ONU. 6) Soberania federal e prioridade estratégica. 7) Mapeamento ambiental do desenvolvimento autossustentado.

Justificativa do projeto de soberania da Amazônia

1) Contradição insuperável entre interesse econômico e proteção ambiental. 2) Generosidade política multilateral. 3) Risco de invasão pelo G7 (por motivo eco-ambiental e

humanitários) e pelos guerrilheiros e revolucionários regionais. 4) Evitar guerras, especialmente nucleares. 5) Promover a defesa do meio-ambiente assim como dos povos e culturas amazônicas. 6) Evitar e coibir o favelamento da Amazônia.

A Amazônia tem de estar imune¹⁰ às intervenções dos co-parceiros, dos interesses econômica e financeiramente perversos dos governos não limítrofes e dos Estados nacionais submetidos aos interesses do capitalismo espoliativo.

Linhas para uma Política de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

1) Presunção de bem estar social completo. 2) Capacidade de implementação de políticas sociais e tecnológicas, políticas ambientalistas e políticas de desenvolvimento. 3) Predação, manejo e certificação. 4) Papel dos arquitetos, cientistas e professores: 5) Organizações urbanas, culturais e educacionais de preservação territorial. 6) Criação de um Código Ambiental de Preservação Amazônica a fim de regular as atividades econômicas. 7) Programa de preservação das fontes e leitos dos rios e lagos de água doce. 8) Demarcação e territorialização da Federação de Povos e Culturas Amazônica. 9) Estratégia para a amortização do movimento de devastação Leste-Oeste como vetor da conquista do território.

Os Estados sem uma diretriz constitucional de preservação ambiental definida estão sujeitos às injunções de toda sorte de interesses desenvolvimentistas não-rationais. Nestes termos, é frequente caírem em desgraças, tais como, problemas urbanos, calamidades ambientais e pobreza social renitente. Atualmente, paira uma nuvem de loucura sobre a Amazônia que representa a tentativa tresloucada de derrubar a última grande fronteira defensiva de sobrevivência do homem e das demais espécies vivas nas condições naturais do planeta. Teima-se em não reconhecer que o extermínio das condições ambientais da Amazônia implica na eliminação das condições que retro-alimentam o destino da civilização ocidental fáustica.

Programa de Construção da Amazônia: necessidade de ocupação da Amazônia autossustentável.

1) Lema: Amazônia: necessária e diferente. 2) Metas: criação da logomarca;

¹⁰ HALL, 2001 (comunicação no Seminário Nacional sobre Desenvolvimento Sustentável da Amazônia no programa Avança Brasil)

elaboração do *merchandising*; implementação do *marketing*, e código de imigração. 3) Desenvolvimento sustentável: planejamento, gerenciamento e tecnologia.

A grande filosofia sempre amou mais o passado do que idolatrou o futuro; para nós outros o mais importante é descobrir os instrumentos para administrar o presente. Tornou-se importante recensear as condições sócio-ambientais da Amazônia através do mapeamento dos sub-ecossistemas que a constituem. Uma ferramenta interessante para realizar esta tarefa consiste na utilização da teoria geral dos sistemas subsidiada pelas informações técnicas fornecidas pelos satélites de observação da Terra a fim de mapear ambientalmente a Amazônia. Esta meta inclui a realização do zoneamento ecológico de sua biodiversidade e de seus recursos naturais. Tornou-se, pois, emergente a necessidade de planejar o desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia. Este é o requisito-chave para que se possa implementar uma política de desenvolvimento ambiental da Amazônia razoável.

Referências

ADORNO, Theodor W. Crítica cultural e sociedade In: COHN, Gabriel (org.) *Theodor W. Adorno*. Trad. Flávio R. Kothe. São Paulo, Ática, 1986.

_____. *Minima Moralia*. Tradução de Arthur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. *Teoria Estética*. Tradução de Arthur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1993.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*: campanha de Canudos. 38. ed. corrigida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las ciencias del espíritu*. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1978.

FREITAS, Marcílio de (org.). *A ilusão da sustentabilidade*. Manaus: EDUA, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. *A razão na época da ciência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

HALL, Anthony. Seminário Nacional sobre Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Programa Avança Brasil: Brasília, 9 -10 de Abril de 2001.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 2ª. edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rhodin e Udo Moosburger. Coleção Os Pensadores. 2ª edição. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios comunicação como extensões do homem*. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2005.

MORAIS, Péricles. *Legendas e Águas-Fortes: ensaios críticos de Péricles Moraes*. Manaus: Livraria Clássica, 1935.

_____. *Os Intérpretes da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2001.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona da Franca de Manaus, 1982.

SERRES, Michel. Lendas da Ciência: Emergir. *Programa TV Escola*. S./d. Duração: 08min11s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hAt4Tt1BcBw>. Acesso em 27/02/07.

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: EDUA, 2000.

Recebido em: 10/07/2021

Aprovado em: 20/10/2021